

Entre a métrica e o território: os periódicos diante de um novo ciclo avaliativo

Between metrics and territory: journals facing a new evaluation cycle

João Carlos Furlani¹, Monica Cattafesta¹

Resumo

Este editorial apresenta as transformações vividas pela *Revista Guará* ao longo de 2025 e discute o horizonte avaliativo que se abre para os periódicos científicos brasileiros. Registram-se a revisão das normas e políticas editoriais, a submissão a novos indexadores, o redesenho do projeto gráfico, a adoção do fluxo contínuo em substituição à periodicidade semestral e a obtenção da classificação A1 no Qualis Periódicos referente ao quadriênio de 2021 a 2024. Argumenta-se que esse reconhecimento chega no instante mesmo em que a Capes substitui a classificação de veículos pela classificação de artigos, o que exige leitura mais analítica do que comemorativa. Discutem-se, na sequência, os riscos da adesão acrítica às métricas, a assimetria da cobertura dos grandes indexadores em relação aos periódicos latino-americanos e a ausência da extensão como área de avaliação autônoma na Capes. Sustenta-se que a produção do conhecimento extensionista é sempre situada e que internacionalizar não pode significar desterritorializar. Conclui-se pela defesa de uma posição de discernimento, que não recusa o aprimoramento editorial nem a busca por indexação, mas recorda que o fim último de uma revista de extensão é qualificar e dar visibilidade ao encontro entre a universidade e a sociedade.

Palavras-chave: Extensão universitária. Avaliação da pesquisa. Periódicos científicos. Internacionalização.

Abstract

This editorial presents the transformations undergone by *Revista Guará* throughout 2025 and discusses the evaluative horizon now opening before Brazilian scientific journals. It records the revision of editorial norms and policies, the submission to new indexing services, the redesign of the graphic project, the adoption of continuous publication flow in place of biannual periodicity, and the attainment of the A1 classification in the Qualis Periódicos system for the 2021 to 2024 quadrennium. It argues that this recognition arrives at the very moment in which Capes replaces the classification of venues with the classification of articles, a circumstance that calls for a reading more analytical than celebratory. It then discusses the risks of uncritical adherence to metrics, the asymmetrical coverage of major indexing services with respect to Latin American journals, and the absence of university extension as an autonomous area of evaluation within Capes. It holds that extension knowledge is always situated and that to internationalise cannot mean to deterritorialise. It concludes by defending a position of discernment, one that refuses neither editorial improvement nor the pursuit of indexation, but recalls that the ultimate purpose of an extension journal is to qualify and render visible the encounter between the university and society.

Keywords: University extension. Research assessment. Scientific journals. Internationalisation.

¹ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Vitória/ES, Brasil.

Correspondência

joao.furlani@gmail.com

Direitos autorais

Copyright © 2025 João Carlos Furlani e Monica Cattafesta

Licença

Este é um texto distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido

12/01/2025

Aprovado

02/2/2025

ISSN

2316-2007

O ano de 2025 foi, para a *Revista Guará*, um ano de mudanças densas e simultâneas. Revisamos nossas normas e políticas editoriais, submetemos o periódico a novos indexadores, redesenhamos o *layout* e o projeto gráfico e adotamos o modelo de fluxo contínuo no lugar da antiga periodicidade semestral. Cada uma dessas decisões responde a uma mesma intenção de fundo, que é a de qualificar a circulação do conhecimento extensionista e ampliar o alcance daquilo que publicamos. Seria desonesto, contudo, apresentá-las apenas como conquistas, sem as inquietações que as acompanharam, e é dessas inquietações que este editorial pretende tratar.

O fluxo contínuo merece registro particular, porque altera a experiência concreta de quem publica conosco. Ao reduzir o intervalo entre a aprovação e a publicação dos manuscritos, ele beneficia autores e leitores e confere agilidade a um processo que, no modelo anterior, dependia do fechamento de números completos e podia reter por meses um texto já aprovado. Para um periódico de extensão, cuja produção frequentemente acompanha projetos em curso e demandas de comunidades específicas, esse encurtamento não é conveniência administrativa. É condição para que o texto chegue enquanto ainda é útil a quem dele precisa.

A essas mudanças soma-se um reconhecimento que nos honra. Na avaliação referente ao quadriênio de 2021 a 2024, a *Guará* alcançou a classificação A1 no Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o estrato mais elevado do sistema, em todas as áreas de avaliação. Para um periódico voltado exclusivamente à divulgação de ações, projetos e programas de extensão, o feito carrega significado que ultrapassa a vaidade institucional. Ele afirma, contra uma hierarquia tácita que insiste em tratar a extensão como dimensão menor diante da pesquisa *stricto sensu*, que o diálogo entre a universidade e a sociedade também produz conhecimento de rigor e relevância. Reconhecer isso não é retórica autocomplacente, e sim uma disputa de sentido sobre o que conta como ciência.

Há, contudo, uma ironia que não podemos ignorar, e é dela que nasce a parte mais difícil deste texto. A classificação que celebramos chegou na última avaliação a empregar o Qualis Periódicos tal como o conhecíamos. O Conselho Técnico-Científico da Educação Superior

da Capes aprovou a substituição daquele sistema por um modelo centrado no artigo, e não mais no veículo, que passa a vigorar no ciclo de 2025 a 2028, regulado pela Portaria n. 109 de 2025 (Brasil, 2025b) e detalhado no documento referencial das diretrizes comuns da Avaliação de Permanência (Brasil, 2025a). Os periódicos deixam de receber estratos, os artigos passam a ser classificados em uma escala de oito níveis, e cada uma das cinquenta áreas de avaliação poderá adotar, isoladamente ou em combinação, três procedimentos distintos. Recebemos, portanto, o reconhecimento máximo de um sistema no instante mesmo de seu encerramento, o que nos obriga a uma reflexão menos comemorativa e mais atenta ao que vem pela frente.

A lógica da mudança é compreensível e, em muitos aspectos, justa. Um periódico de excelência pode abrigar um artigo de impacto modesto, e um artigo notável pode aparecer em revista de menor projeção. A pergunta deixa de ser em qual periódico se publicou e passa a ser qual o valor deste artigo em particular. Há também um objetivo declarado de coibir a publicação predatória e de dar visibilidade a pesquisas relevantes publicadas fora dos circuitos de maior projeção internacional, e ambas as preocupações respondem a demandas que a própria comunidade acadêmica vinha formulando havia anos. Nada disso deve ser minimizado por quem edita periódicos e conhece de perto os problemas que o modelo anterior produzia.

Recebemos a mudança, assim, com o discernimento que ela exige, e não com a desconfiança automática que costuma acompanhar toda reforma. Há nela algo de saudável, quando desloca o foco do prestígio do continente para a substância do conteúdo. E há, ao mesmo tempo, um risco conhecido, que é o de simplesmente trocar uma corrida métrica por outra, mantendo intacta a fome por números. Aprimorar-se é dever de qualquer periódico sério, e acompanhar as transformações da comunicação científica é responsabilidade para com os autores que nos confiam seus trabalhos. O que defendemos não é o comodismo, mas a cautela diante da adesão acrítica às métricas, porque as revistas não são plataformas intercambiáveis de mensuração. Elas têm identidade, têm tradição, têm um projeto intelectual que as constitui, e submeter esse projeto integralmente à régua da citação seria abrir mão justamente daquilo que nos torna um periódico, e não um repositório.

Há ainda uma assimetria que raramente se enuncia com a franqueza necessária. Os indexadores de maior porte e os índices de impacto que deles derivam foram desenhados sobre os hábitos de áreas em que a publicação é majoritariamente em inglês, de circulação rápida e de citação intensa. Não se trata de impressão de editores insatisfeitos. Ao examinar a cobertura da *Web of Science* para periódicos da América Latina, da Espanha e de Portugal, Chavarro, Ràfols e Tang (2018) demonstraram que a inclusão de um título não pode ser prevista apenas por critérios universalistas, como padrões editoriais e impacto científico, porque país, língua e disciplina estão fortemente associados à cobertura. Estar indexado, concluem os autores, é em medida considerável indicador de pertencimento a determinada comunidade de leitura, e menos indicador de qualidade. Impor esse padrão único ao conjunto do conhecimento é uma forma daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina “pensamento abissal”, aquele que traça uma linha invisível entre os saberes que contam e os que são relegados à inexistência. Contra a monocultura do saber e do rigor unívoco, é preciso reivindicar uma ecologia de saberes.

No caso do campo extensionista, essa tensão é constitutiva, e convém buscá-la em sua raiz. Foi Paulo Freire (1983), em *Extensão ou comunicação?*, quem mostrou que o próprio termo extensão carrega uma ambiguidade perigosa, pois sugere o ato de estender um conhecimento de quem supostamente sabe a quem supostamente ignora, numa relação vertical que ele denunciou como invasão cultural. A extensão que reivindicamos, e que a *Guará* existe para dar a ver, é justamente o seu oposto: não transmissão, mas diálogo; não doação de saber, mas encontro entre saberes. E esse encontro se faz no território. O território da *Guará* é latino-americano e, mais particularmente, brasileiro, pertencimento que se inscreve quase como emblema no próprio nome do periódico. O guará é ave do litoral atlântico da América do Sul, que se reproduz sobretudo em manguezais e cujo nome vem do tupi antigo, da mesma raiz que nomeia Guarapari, no Espírito Santo. Não reivindicamos com isso nenhuma forma de fechamento regional. Reconhecemos apenas que a produção do conhecimento é sempre situada, porque nasce de problemas, de sujeitos, de instituições, de línguas e de experiências concretas. No caso da extensão isso se torna ainda mais evidente, porque seus objetos e, muitas vezes, seus próprios interlocutores são as comunidades, as escolas, os

serviços de saúde, os movimentos sociais e as políticas públicas que se realizam nesses territórios.

Internacionalizar, nessa perspectiva, não pode significar desterritorializar, nem deveria significar automaticamente anglicizar. O diálogo internacional amplia repertórios, permite comparações, aproxima experiências e insere problemas locais em debates mais amplos, e nada disso está em questão. O que está em questão é a diferença entre ampliar a circulação de um conhecimento e exigir que ele abandone as condições linguísticas, sociais e territoriais que lhe conferem sentido para tornar-se legível a determinados circuitos de prestígio. Uma pesquisa construída com comunidades brasileiras pode legitimamente aspirar a leitores de outros países sem deixar de ter como público primeiro aqueles que vivem, trabalham e produzem conhecimento aqui, em português. Sustentamos, portanto, que a internacionalização importa, e que o que não se pode presumir é que ela signifique a mesma coisa, sirva à mesma finalidade e tenha a mesma urgência em todos os campos do conhecimento.

A isso se acrescenta uma lacuna institucional de fundo, que condiciona tudo o mais. A extensão não existe, na Capes, como área de avaliação autônoma. Ela atravessa transversalmente todas as demais, sem dispor de critérios próprios que reconheçam sua especificidade epistemológica, metodológica e política. Um periódico extensionista é assim avaliado por parâmetros pensados para outros tipos de produção, e periódicos menores, das Humanidades e das Ciências Sociais, enfrentam barreiras concretas e persistentes para ingressar nos grandes indexadores que franqueiam o acesso às métricas de citação. O resultado é um círculo em que a ausência de visibilidade dificulta a indexação e a ausência de indexação perpetua a invisibilidade. Não se trata de problema técnico isolado, mas de uma questão de justiça cognitiva, no sentido preciso que Santos (2010) empresta à expressão.

Convém, ainda, admitir que o cenário permanece nebuloso. Os documentos que detalham o novo modelo foram sendo divulgados ao longo de 2025, e cada área poderá adotar procedimentos próprios, combinando análises bibliométricas e qualitativas conforme julgar adequado. Ainda não sabemos, com a clareza que gostaríamos, como a produção extensionista será tratada nessa nova arquitetura, nem

que peso terão os indicadores qualitativos diante dos quantitativos. Escrever um editorial em meio à transição tem algo de exercício de equilíbrio sobre terreno móvel, e seria leviano cravar certezas onde há tantas perguntas em aberto.

Diante disso, a posição da *Guará* não é de recusa, mas de discernimento. Continuaremos a aprimorar nosso fluxo editorial, a cuidar de nossos metadados, a buscar a inclusão em bases que ampliem nossa circulação e a perseguir os padrões que tornam um periódico confiável e duradouro. Faremos tudo isso, porém, sem perder de vista que o fim último de uma revista de extensão não é escalar *rankings*, e sim qualificar e dar visibilidade ao encontro entre o conhecimento universitário e as demandas da sociedade. Métricas são instrumentos, e instrumentos servem a propósitos. Quando o instrumento se torna o propósito, alguma coisa essencial se perdeu pelo caminho.

É com esse espírito que entregamos a edição de 2025 aos nossos leitores. Ela nasce de um ano de mudanças que foram, ao mesmo tempo, amadurecimento e inquietação, e traz em si a convicção de que é possível modernizar sem se descaracterizar, dialogar com o mundo sem renegar o território, e levar a sério a avaliação sem se ajoelhar diante dela. A todos os autores, pareceristas, bolsistas e colegas que tornaram este percurso possível, a nossa gratidão. O futuro da Extensão como campo de produção de conhecimento se escreve também nestas páginas, e seguimos comprometidos em mantê-las abertas, rigorosas e, sobretudo, fiéis àquilo que somos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento referencial: diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu*, ciclo avaliativo 2025-2028. Brasília: Capes, 2025a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria CAPES nº 109, de 25 de abril de 2025. Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no país. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 55-57, 28 abr. 2025b.

CHAVARRO, Diego; RÀFOLS, Ismael; TANG, Puay. To what extent is inclusion in the Web of Science an indicator of journal quality? *Research Evaluation*, v. 27, n. 2, p. 106-118, 2018.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram igualmente para a produção deste artigo.

Financiamento

Financiamento próprio.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Endereço para correspondência

Av. Nossa Sra. da Penha, 2190, Santa Luíza, Vitória, ES, Brasil, CEP: 29045-402.